

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-024.729/25-48

OBJETO: Credenciamento de empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de PATINETES ELÉTRICOS sem Estação, acionadas por meio de plataformas digitais, em espaços públicos no Município de Belo Horizonte.

DATA INICIAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: A partir do dia ____/____/____.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO: As informações sobre o andamento deste Chamamento e os resultados dos julgamentos e de recursos, se houver, serão publicados unicamente no DOM (<https://dom-web.pbh.gov.br>) e disponibilizados na *internet* no *site* <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.

1. DO PREÂMBULO

1.1. A Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – SUMOB, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Chamamento Público nº 01/2026, com a finalidade de credenciar empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de PATINETES ELÉTRICOS sem Estação, acionadas por meio de plataformas digitais, em espaços públicos no Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal nº 18.240/2023 e demais legislações aplicadas.

1.2. O Chamamento Público permanecerá aberto durante o prazo de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua publicação, para credenciamento de empresas interessadas que satisfaçam as condições exigidas neste ato convocatório, podendo ser prorrogado por interesse da SUMOB, nos termos da legislação vigente.

1.3. A qualquer tempo a SUMOB poderá encerrar este edital, no todo ou em parte, com aviso prévio a ser publicado no site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, por razões de interesse público, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Chamamento Público o credenciamento de empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de PATINETES ELÉTRICOS sem Estação, acionadas por meio de plataformas digitais, em espaços públicos no Município de Belo Horizonte.

2.1.1. O objeto está dividido em 10 (dez) lotes, que compreendem as 9 (nove) regiões administrativas e a área central do município de Belo Horizonte, conforme quadro abaixo:

LOTE	REGIÃO
1	Área Central
2	Centro-Sul
3	Pampulha
4	Leste
5	Norte

6	Venda Nova
7	Nordeste
8	Noroeste
9	Oeste
10	Barreiro

2.1.2. Devem ser disponibilizados, no mínimo, 300 (trezentos) PATINETES ELÉTRICOS DE USO COMPARTILHADO para operação por cada CREDENCIADA.

2.1.2.1. A operação no Lote 1 implica na operação em pelo menos mais um dos Lotes 4 a 10 - com pelo menos 50 (cinquenta) PATINETES ELÉTRICOS;

2.1.2.2. A operação no Lote 2 implica na operação em pelo menos mais um dos Lotes 4 a 10 - com pelo menos 50 (cinquenta) PATINETES ELÉTRICOS;

2.1.2.3. A operação no Lote 3 implica na operação em pelo menos mais um dos Lotes 4 a 10 - com pelo menos 50 (cinquenta) PATINETES ELÉTRICOS.

2.2. As especificações e detalhamentos das condições para prestação dos serviços estão descritos no Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para início do recebimento da documentação.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail licitacoes.sumob@pbh.gov.br.

3.2.1. O documento enviado deverá conter o nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.3. O Agente de Contratação, responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento dos documentos, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para início do recebimento da documentação.

3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à fixada

para início do recebimento da documentação, promovendo-se, se for o caso, o adiamento do recebimento da documentação.

3.4. As repostas às impugnações serão disponibilizadas aos interessados no *site* <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>, no *link* correspondente a este Edital.

3.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional

3.6. O Agente de Contratação não se responsabilizará por impugnações encaminhadas para outros endereços eletrônicos (e-mails), caso não tenha sido acusado recebimento e que, por isso, sejam intempestivos ou não sejam recebidos.

3.7. A apresentação de impugnação após o prazo estipulado no subitem 3.1 não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

3.8. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, após o prazo indicado no subitem 3.1, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.9. O Agente de Contratação poderá submeter os pedidos de esclarecimentos ou as impugnações para apreciação/análise da área solicitante visando subsidiar as suas decisões, mediante parecer fundamentado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Chamamento Público os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, anexos e legislação aplicável.

4.2. Estarão impedidos de participar deste procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Belo Horizonte nos termos da lei;
- b) declarados impedidos de licitar e contratar com Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Belo Horizonte;
- d) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração

Pública;

e) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

g) enquadrados nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

h) cujo objeto social seja incompatível com o objeto desta licitação;

i) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

j) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;

k) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações dos subitens 4.2 é de inteira responsabilidade da PROPONENTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar toda a documentação referente à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista, dentre outros, conforme detalhado no item 9 do Termo de Referência – Anexo I deste edital.

5.1.1. A documentação exigida neste edital poderá ser enviada de duas formas:

a) De forma eletrônica através do e-mail **licitacoes.sumob@pbh.gov.br**, em arquivo único no formato PDF, ou

b) Através de envelope lacrado protocolado diretamente nas dependências da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL, da BHTRANS, situada na Avenida Engenheiro Carlos Goulart, 900, bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, CEP 30.455-902, no horário de 9 (nove) às 17

(dezessete) horas.

5.1.2. A documentação poderá ser entregue pelos interessados a partir da data da publicação deste edital no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte e no PNCP- Portal Nacional de Compras Públicas.

5.1.3. As informações prestadas, assim como a documentação enviada, são de inteira responsabilidade do interessado, sob pena de aplicação do art. 299 do Código Penal brasileiro, assim como de inabilitação e/ou descredenciamento

5.1.4. A entrega da documentação configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem em todas as regras deste edital.

6.2. Os documentos de habilitação exigidos estão previstos no Termo de Referência item 9.

6.2.1. Para efeito do julgamento da habilitação, os documentos deverão comprovar a sua regularidade, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

6.2.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SUCAF.

6.2.3. Os documentos necessários para comprovar a habilitação exigidos no Termo de Referência, caso não estejam contemplados, disponíveis ou válidos no SUCAF deverão ser enviados.

6.2.4. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

6.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá solicitar através de diligência:

6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados;

6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento

6.3.3. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.3.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.4.1. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via e-mail, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

6.4. Comprovada a regularidade da habilitação, o proponente será julgado habilitado.

6.5. Serão considerados inabilitados os interessados que:

- a) Por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o expediu;
- b) Deixarem de enviar qualquer documentação exigida neste edital;
- c) Deixarem de atender às exigências deste Edital.

6.5.1. A(s) PROPONENTE(s) declarada(s) inabilitada(s), tão logo tenham regularizado sua situação, caso queira, poderá(ão) apresentar nova documentação conforme previsto no item 5, dentro do prazo de vigência deste Chamamento Público.

6.6. O Agente de Contratação, para subsidiar sua decisão, poderá solicitar à SUMOB, a avaliação dos documentos, que por sua vez emitirá parecer conclusivo sobre a aceitabilidade dos mesmos, nos termos deste Edital e seus anexos.

6.7. Os resultados de habilitação ou inabilitação serão publicados no Diário Oficial do Município – DOM e no site da PBH, a medida que a análise da documentação for concluída.

6.8. Após a publicação do resultado previsto no item anterior, a(s) empresa(s) será(ão)

convocada(s) pela SUMOB para assinatura do Termo de Credenciamento – Apêndice V, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair o direito ao Credenciamento, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.8.1. O prazo previsto no item 6.8 poderá ser prorrogado se solicitado pela PROPONENTE durante o seu transcurso e desde que decorra de motivo justificado, aceito pela SUMOB.

6.9. A assinatura do Termo de Credenciamento ficará condicionada à apresentação, pela(s) PROPONENTE(s), dos seguintes documentos que constam no Termo de Referência:

- a) Cópia do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;
- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou Contrato Social;
- c) Comprovação do cadastro com situação regular junto ao SUCAF;
- d) Declaração de cumprimento ao artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo V.
- e) Termo de Confidencialidade, conforme modelo constante no Apêndice III.

6.10. A PROPONENTE, quando convocada para prestar qualquer esclarecimento adicional, deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

6.11. É facultada ao Agente de Contratação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

6.12. O Agente de Contratação poderá, no julgamento da documentação apresentada para habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.13. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer técnico da SUMOB para subsidiar as suas decisões.

6.14. É de exclusiva responsabilidade da Proponente providenciar o seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrado, nos termos do Decreto Municipal nº

11.245/2003. Quaisquer outros esclarecimentos podem ser obtidos através do site prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf ou pelo telefone (31) 3277- 8186.

6.14.1. A SUMOB não possui autonomia para intervir no cadastramento dos fornecedores, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade da Unidade Cadastradora.

6.15. A convocação para assinatura do Termo de Credenciamento obedecerá à ordem cronológica da(s) publicação(ões) da(s) Proponente(s).

6.16. O prazo para início da prestação dos serviços é de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

6.17. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo nos termos da legislação vigente.

7. DOS RECURSOS

7.1. A(s) Proponente(s) poderá(ão) apresentar recurso contra o resultado do julgamento dos documentos para habilitação, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado.

7.2. O recurso devidamente fundamentado poderá ser encaminhado, no prazo estabelecido no item 7.1 ao Agente de Contratação, de forma eletrônica, para o e-mail licitacoes.sumob@pbh.gov.br, ou pode ser protocolado diretamente nas dependências da Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS, situada na Avenida Engenheiro Carlos Goulart, 900, bairro Buritis, Belo Horizonte/MG.

7.3. Os demais proponentes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da interposição do recurso no Diário Oficial do Município – DOM.

7.4. A SUMOB não se responsabilizará por recursos ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, caso não tenha sido acusado recebimento e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

7.5. O Agente de Contratação decidirá no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação das contrarrazões, sendo que o acolhimento de recurso importará validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

7.6. Caso a decisão recorrida seja mantida, o recurso será encaminhado para julgamento por autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente, devendo prolatar decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do recurso.

7.7. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderá interpor recurso.

7.8. Não serão aceitos recursos fora dos padrões e prazos estabelecidos neste edital.

7.9. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

7.10. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação

7.11. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados no site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) — <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Esta contratação não implica transferência de recursos da SUMOB para terceiros.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas estão descritas no Termo de Referência – Anexo I e no Termo de Credenciamento – Apêndice V.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. As obrigações da(s) Credenciada(s) e da SUMOB estão previstas no Termo de Referência – Anexo I e no Termo de Credenciamento – Apêndice V.

11. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

11.2. O Município exige que os contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

11.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

11.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

11.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

11.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

11.2.5. “prática obstrutiva” significa:

11.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

11.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

11.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o proponente, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

11.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

12. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

12.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade,

exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

12.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

12.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

12.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.1.4. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

12.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

13.1. O Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. O Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. O Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou

prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. O Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. O Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1 O Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. O Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.6.1. Ao Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.6.1.1. O Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.7. O Contratado deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.1. A notificação não eximirá o Contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.7.2. O Contratado que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade

competente.

13.8. O Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Contratado e o Contratante, bem como, entre o Contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

14.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao proponente direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

14.3. O proponente intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

14.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado não importará de forma alguma em alteração ou novação.

14.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

14.10. A participação do proponente neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

14.11. O proponente fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

14.12. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

14.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.14. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do interessado, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.,

14.15. Na análise da documentação, a SUMOB poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de profissionais ou entidades especializadas.

14.16. Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas Proponentes se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

14.17. A SUMOB, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o Chamamento Público, e relevar omissões ou erros formais, observados na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Chamamento Público, sendo possível a promoção de diligência junto aos interessados, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

14.18. O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da Proponente.

14.19. A participação da Proponente implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

14.20. O presente Chamamento Público não importa, necessariamente, em credenciamento, podendo a SUMOB revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

14.21. O presente Chamamento Público não garante exclusividade às empresas credenciadas podendo, a critério exclusivo da SUMOB, ser aberto novo Chamamento Público com a mesma finalidade.

14.22. Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

14.23. Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Termo de Credenciamento – Apêndice V, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da SUMOB, quando a Credenciada convocada alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

14.24. Todos os procedimentos relativos ao presente Chamamento Público, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.

14.25. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas deste Chamamento Público.

14.26. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.26.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.26.1.1. Apêndice I – Lotes para credenciamento da proponente;

14.26.1.2. Apêndice II – Áreas dos parques do município de Belo Horizonte;

14.26.1.3. Apêndice III – Minuta do Termo de Confidencialidade;

14.26.1.4. Apêndice IV – Solicitação de Credenciamento;

14.26.1.5. Apêndice V – Minuta do Termo de Credenciamento;

14.26.2. Anexo II – Declaração do Empregador;

14.26.3. Anexo III – Declaração de Superveniência;

14.26.4. Anexo IV – Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada;

14.26.5. Anexo V – Declaração de Lei Orgânica.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.

Rafael Murta Resende
Superintendente